

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Grelha de Correção do Exame de História das Ideias Políticas  
1.º Ano – Turma C  
8 de Junho de 2018

---

Grupo I

Responda fundamentadamente a duas das seguintes questões:

1. **A teorização do *direito de resistência* contraria o conceito de *poder absoluto*?**

Definição e contextualização histórica das principais teorizações do “direito de resistência”; conceitos medieval e moderno de “lei”: tipologia, função e conteúdo da lei (razão e justiça; critérios de adequação das leis humanas); desvalor jurídico da lei injusta; função da lei e função do poder político (realização da justiça e do bem comum); conceito e tipologias de “tirania”; conceito de “poder absoluto”; as condições de exercício da resistência - resistência activa e passiva; ponderação dos efeitos da resistência à lei injusta e ao tirano; a doutrina agostiniana da obediência; contextualização da doutrina tomista da resistência; doutrina da resistência na Segunda Escolástica – o caso português.

2. **O conceito de *pacto social* sustenta uma noção *liberal* do poder político?**

Conceito de pacto social: a origem do poder político como acto da vontade individual; socialidade natural do homem. Contextualização: consensualismo e contratualismo; naturalismo político e doutrina tomista da origem do poder político; teorização moderna do contratualismo: em particular, a noção de contrato social no pensamento de Suárez, Hobbes, Locke e Rousseau; caracterização do estado de natureza; conceito de direito natural; a exclusão da aplicação privada da lei natural como fundamento do poder político; efeitos do pacto e concepção liberal do poder político: liberdade, igualdade e propriedade; soberania popular; soberania absoluta *versus* poder limitado; revoluções liberais.

3. **Quais as características que distinguem o *socialismo científico* do *socialismo utópico*?**

Identificação da origem da terminologia e contextualização histórica; definição de “socialismo(s)”; identificação da “questão social”; identificação das principais correntes socialistas e dos autores mais relevantes (Owen, Sismondi, Saint-Simon, Lassalle, Fourier, Proudhon, Marx e Engels). Caracterização marxista do socialismo científico por contraposição ao socialismo utópico: o problema do Estado e da propriedade; o problema do processo revolucionário; materialismo histórico; materialismo dialético; a caracterização do Estado e do direito; o processo revolucionário; a ditadura do proletariado; a realização da sociedade sem classes – distinção entre comunismo e socialismo – e a extinção do Estado.

4. **Quais os elementos definidores do *totalitarismo* político?**

Contextualização histórica: o segundo quartel do século XX e as experiências nazi, fascista e estalinista; características do totalitarismo: a subordinação do indivíduo ao Estado; ausência de pluralismo político; controlo estadual dos meios de comunicação social; manipulação das massas ou a centralidade da propaganda; violência e terror como métodos políticos; definição: “partido que governa totalitariamente uma nação”.

Grupo II

Das seguintes frases, comente apenas duas:

1. “De outra sorte por nossas letras mandamos ao nosso Venerável Irmão o Arcebispo de Braga, e ao Bispo de Coimbra, que vos obrigue ao fazerdes assim, precedendo as admoestações com censuras eclesiásticas, de que não haverá apelação. Não é porém nossa intenção tirar o Reino ao dito Rei, nem a seu filho legítimo, se o tiver, mas antes queremos tratar dele, e do Reino, que está arriscado a ser destruído, e de vós mesmos durante a vida do dito Rei com o cuidado e prudência do Conde.”

[Inocêncio IV, *Bula de Afastamento de D. Sancho II*, 1245]

O pensamento político medieval e a *Respublica Christiana* (a queda do Império Romano do Ocidente, o Papado e o Sacro Império, o poder bicéfalo). Origem divina do poder político: a sentença paulina; o agostinianismo político; as doutrinas hierocráticas e os dois gládios; a doação de Constantino e a doutrina do *verus imperator*. Contestação das doutrinas hierocráticas: as doutrinas anti-hierocráticas e o naturalismo político (Dante, Ockam, Marsílio de Pádua), a media via tomista (São Tomás e a Escolástica). Manifestações das doutrinas políticas medievais na história e no pensamento portugueses: identificação do documento e do contexto histórico do “afastamento” de D. Sancho II.

2. “E porque ninguém pense que eu descarto toda a razão de Estado (como se não houvesse nenhuma), e as regras de prudência com que, depois de Deus, se fundam, acrescentam, governam e conservam os Estados, ante todas as coisas digo que há razão de Estado, e que todos os príncipes a devem ter sempre diante dos olhos, se querem acertar a conservar e governar os seus Estados. Mas que esta razão de Estado não é uma só, mas duas: uma enganosa e diabólica, outra certa e divina; uma que do Estado faz religião, outra que da religião faz Estado. (...) Esta é a verdadeira, certa e segura razão de Estado, e a de Maquiavel e dos políticos é falsa, incerta e enganosa.”

[Pedro de Rivadeneira,

*Tratado de la religión y virtudes que debe tener el Principe Cristiano*, 1595]

Contextualização histórica e filosófica da obra de Maquiavel (Humanismo e Renascimento, contexto político da Península Itálica). Autonomização do poder político; formas de governo; pragmatismo e amoralismo político – meios e fins: conquista, manutenção e expansão do poder; ação política e *virtù*; exemplos históricos. Pensamento de Maquiavel e maquiavelismo: identidades e desvios. O desenvolvimento teórico do “maquiavelismo” pelos críticos de Maquiavel – em particular, a crítica de Erasmo e o pensamento político católico; identificação do texto com o pensamento político católico; referência a Botero e à divulgação do conceito de “razão de Estado”; contextualização histórica; relacionamento com o conceito de Estado; relacionamento com o pensamento político moderno; divisão religiosa da Europa e a “boa” e a “má” razão de Estado – distinção, limites da razão de Estado.

3. “O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.”

[*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, 1789]

Contextualização histórica; autores mais relevantes (Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Constant); conceito de “liberalismo”; a “liberdade” individual como fundamento do poder; a “liberdade” como categoria política e jurídica; direitos naturais e limitação do poder; contratualismo político; soberania nacional; separação de poderes; direitos naturais, em especial o direito de propriedade como paradigma; direitos de participação política, constituição escrita e teoria da lei no pensamento liberal; as revoluções

liberais (inglesa, americana, francesa); a prevalência do direito de propriedade. A democracia de proprietários e o sufrágio censitário. Liberdade e segurança. Liberdades cívicas e a superação das instituições políticas medievais e modernas. Consequências: o individualismo político.

**Cotações: Grupo I: 4 valores/questão; Grupo II: 6 valores**

**Duração: 90 minutos**